



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
Núcleo de Gestão, Finanças e Contratações – NGFC

Seção de Compras

[compras@camarasjc.sp.gov.br](mailto:compras@camarasjc.sp.gov.br)

## AVISO DE CONTRATAÇÃO

Processo nº 19.079/2025

### 1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Descrição resumida:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação de película autoadesiva jateada fosca, linha Cristal Color ou equivalente, para cobertura integral dos vidros e identificação de faixas horizontais de segurança, em vidros instalados nos gabinetes da Câmara Municipal de São José dos Campos.
- 1.2. Descrição completa:** A descrição completa do objeto consta no Termo de Referência, que pode ser solicitado à Seção de Compras por meio do e-mail [compras@camarasjc.sp.gov.br](mailto:compras@camarasjc.sp.gov.br) ou pelo telefone (12) 3925 6772.
- 1.3. Finalidade:** Proporcionar maior conforto visual, preservar a privacidade, reduzir reflexos e promover a padronização estética institucional nos gabinetes da Câmara Municipal de São José dos Campos.

### 2. REGIME DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** Esta contratação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que trata da “Lei de Licitações e Contratos Administrativos”.
- 2.2. Fundamento Legal** desta Contratação: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

### 3. INFORMAÇÕES DA COTAÇÃO

- 3.1.** A cotação enviada deverá conter as seguintes informações:
- a) Prazo de início do serviço (dias);
  - b) Prazo de execução do serviço (dias);
  - c) CNPJ (o mesmo que constará na Nota fiscal);
  - d) Prazo de validade da cotação, com mínimo de 15 (quinze) dias;
  - e) Forma de pagamento (depósito ou boleto).
- 3.2.** Quando a forma de pagamento escolhida for depósito, deverá ser informado na proposta os dados bancários da empresa.

### 4. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Forma de seleção:** Será declarada vencedora a empresa que apresentar o menor preço, desde que respeitadas as condições estabelecidas neste Aviso, ressalvada a



Autenticar documento em <https://camarasempapel.camarasjc.sp.gov.br/autenticidade> com o identificador 3500320034003900350036003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
Núcleo de Gestão, Finanças e Contratações – NGFC  
Seção de Compras  
[compras@camarasjc.sp.gov.br](mailto:compras@camarasjc.sp.gov.br)

possibilidade de a Administração decidir motivadamente pela proposta mais vantajosa de acordo com outros critérios objetivos.

- 4.2.** Devem ser observadas as especificações, as condições de prestação do serviço, garantia, prazos, preços, formas de pagamentos e demais condições deste Aviso, sendo vedada qualquer alteração sem expressa autorização da Câmara, sob pena de recusa dos serviços.

**4.3. Execução:**

- 4.3.1.** Prazo: 30 (trinta) dias corridos, contados da confirmação do recebimento da Autorização de Execução de Serviços (AS) pela contratada.
- 4.3.2.** O contrato será executado sob o regime de empreitada por preço global, abrangendo a realização integral dos serviços tecnicamente descritos no item 3 do Termo de Referência.
- 4.3.3.** A execução deverá observar rigorosamente as etapas, parâmetros e especificações técnicas estabelecidas no item 3 do Termo de Referência, cabendo à contratada cumprir integralmente o ciclo de atividades necessárias ao fornecimento, instalação, acabamento e entrega das películas autoadesivas.
- 4.3.4.** Os serviços serão executados exclusivamente nas dependências da Câmara Municipal de São José dos Campos, situada na Rua Desembargador Francisco Murilo Pinto, nº 33, Vila Santa Luzia, CEP 12.209-535.
- 4.3.5.** O horário permitido para execução dos serviços será aquele correspondente ao horário de funcionamento da Câmara Municipal, compreendido entre 08h00 e 12h00 e 13h30 e 17h30.
- 4.3.6.** Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto, tendo em vista que a correta aplicação da película depende de técnica especializada.
- 4.3.7.** Não será exigida garantia contratual, nos termos dos artigos 96 a 102 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que o objeto consiste em serviço eventual, de execução única, com entrega imediata e pagamento condicionado ao recebimento definitivo pela Administração.

**4.4. Condições de recebimento:**

- 4.4.1.** O recebimento do objeto observará o disposto no art. 140, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.4.2.** Concluída a instalação, a contratada deverá comunicar formalmente a finalização dos serviços à fiscalização e, de imediato, emitir a Nota Fiscal Eletrônica, encaminhando-a ao e-mail [contratos@camarasjc.sp.gov.br](mailto:contratos@camarasjc.sp.gov.br), em formato PDF/A pesquisável, para fins de análise, ateste e processamento.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
Núcleo de Gestão, Finanças e Contratações – NGFC

Seção de Compras

[compras@camarasjc.sp.gov.br](mailto:compras@camarasjc.sp.gov.br)

- 4.4.3.** O recebimento provisório ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após a comunicação da conclusão dos serviços e o envio da Nota Fiscal, mediante lavratura do Termo de Recebimento Provisório pelo fiscal do contrato.
- 4.4.4.** O recebimento definitivo será formalizado em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo gestor do contrato, após análise detalhada da regularidade dos serviços prestados.
- 4.4.5.** Havendo necessidade de correções ou ajustes, será concedido prazo adequado para saneamento, sem ônus adicional à Administração. O período destinado à correção não será computado para fins de contagem dos prazos previstos nos itens anteriores.
- 4.4.6.** Após o recebimento definitivo, a Nota Fiscal encaminhada será processada para pagamento, observados os prazos definidos na legislação vigente.
- 4.4.7.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade e integridade dos serviços, permanecendo a obrigação de reparar eventuais falhas, vícios ou irregularidades posteriormente identificados, nos limites legais e contratuais.
- 4.4.8.** O gestor e o fiscal do contrato, bem como seus substitutos, serão designados pelo Secretário Diretor-Geral da Câmara Municipal de São José dos Campos.
- 4.5. Do pagamento:** O pagamento será realizado em parcela única, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 4.6.** O prazo concedido pela contratante para a solução de inconsistências na nota fiscal pela contratada não será contabilizado para fins de contagem do prazo de pagamento.

## 5. PENALIDADES

- 5.1.** Nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica a Contratada sujeita às seguintes sanções:
- a)** Caracterizando-se a inexecução parcial do serviço, ficará a empresa sujeita a aplicação cumulativa de multa de 15% (quinze por cento) calculada sobre o valor de cada item irregular;
  - b)** Sendo total a inexecução, que também será caracterizada com a recusa injustificada pelo fornecedor em aceitar a presente Autorização de Serviço, a multa será de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.



Autenticar documento em <https://camarasempapel.camarasjc.sp.gov.br/autenticidade> com o identificador 3500320034003900350036003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
Núcleo de Gestão, Finanças e Contratações – NGFC  
Seção de Compras  
[compras@camarasjc.sp.gov.br](mailto:compras@camarasjc.sp.gov.br)

**5.2.** O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará a Contratada às seguintes multas de mora, observado o art. 162 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo de eventual aplicação subsidiária das sanções previstas na legislação aplicável:

- a)** Por atraso injustificado na execução do(s) serviço(s) descrito(s) na Autorização de Serviço – AS, ficará essa empresa sujeita a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) calculada sobre o valor do item ou itens em atraso;
- b)** Por prestação de serviço em desacordo com o descrito na Autorização de Serviço – AS, terá essa empresa dois dias para sanar a irregularidade. Persistindo a falha, aplicar-se-á multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do item prestado em desacordo, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o que, será caracterizada inexecução do contrato;
- c)** As sanções previstas nas alíneas “a” e “b” ficam limitadas a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do art. 156, §3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

**5.3.** Nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, incidirão concomitantemente e independentemente das multas elencadas nos itens 5.1 e 5.2, as seguintes sanções administrativas:

- a)** ADVERTÊNCIA;
- b)** IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta no âmbito do Município de São José dos Campos pelo prazo máximo de 3 (três) anos; e
- c)** DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

## **6. CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA CONTRATAÇÃO**

**6.1.** A Contratada deverá ter regularidade fiscal para contratar com a Câmara Municipal, razão pela qual será emitida pela Seção de Compras os seguintes documentos para comprovação:

- a)** Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b)** Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
Núcleo de Gestão, Finanças e Contratações – NGFC

Seção de Compras

[compras@camarasjc.sp.gov.br](mailto:compras@camarasjc.sp.gov.br)

- c) Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, pertinente ao domicílio ou sede da empresa e compatível com o objeto contratual;
  - d) Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
  - e) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
  - f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou positiva com efeito de Negativa;
  - g) Declaração, subscrita por representante legal, sob as penas da lei, de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 6.2.** A contratação deverá ser instruída, ainda, com a consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e à Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), a fim de se verificar impedimento de contratação ou declaração de inidoneidade proferida contra o prestador de serviço.
- 6.3.** Ao encaminhar a proposta, a empresa declara tacitamente que:
- a) Se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, nos termos do inciso VI do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/2021; e
  - b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do inciso IV do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **7. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

- 7.1.** A presente contratação será celebrada com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e reger-se-á pelos dispositivos legais aplicáveis, inclusive e subsidiariamente pelos Princípios Gerais de Direito e notadamente as seguintes normas:
- a) Constituição da República Federativa do Brasil;
  - b) Constituição do Estado de São Paulo; e
  - c) Lei Orgânica do Município de São José dos Campos.

## **8. ESCLARECIMENTOS**

- 8.1.** Eventuais esclarecimentos poderão ser requeridos pelo e-mail [compras@camarasjc.sp.gov.br](mailto:compras@camarasjc.sp.gov.br) e pelo telefone (12) 3925-6772.



Autenticar documento em <https://camarasempapel.camarasjc.sp.gov.br/autenticidade> com o identificador 3500320034003900350036003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
Núcleo de Gestão, Finanças e Contratações – NGFC  
Seção de Compras  
[compras@camarasjc.sp.gov.br](mailto:compras@camarasjc.sp.gov.br)

MICHAEL BOCCATTO  
Secretário Diretor-Geral  
Documento assinado digitalmente



Autenticar documento em <https://camarasempapel.camarasjc.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 3500320034003900350036003A00540052004100, Documento assinado  
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas  
Brasileira - ICP-Brasil.

